

DISCURSO DO MÉTODO

René Descartes

Introdução, análise e notas

Étienne Gilson

Tradução

MARIA ERMANTINA DE ALMEIDA PRADO GALVÃO

Tradução das notas

ANDRÉA STAHEL M. DA SILVA

Tradução da introdução e da análise

HOMERO SANTIAGO

Revisão da tradução

MONICA STAHEL

Martins Fontes

São Paulo 2007

Quarta parte

Não sei se vos devo falar das primeiras meditações que aqui fiz¹, pois elas são tão metafísicas² e tão pouco comuns que talvez não sejam do agrado de todos. No entanto, a fim de que se possa julgar se os fundamentos que tomei são bastante firmes, acho-me, de certa forma, obrigado a falar delas. Há muito tempo eu notara que, quanto aos costumes, por vezes é necessário seguir, como se fossem indubitáveis, opiniões que sabemos serem muito incertas, como já foi dito acima³; mas, como então desejava ocupar-me somente da procura da verdade, pensei que precisava fazer exatamente o contrário, e rejeitar como absolutamente falso tudo em que pudesse imaginar a menor dúvida, a fim de ver se depois disso não restaria em minha crença alguma coisa que fosse inteiramente indubitável. Assim, por-

.....
1. De fato, esta parte contém o resumo das *Meditações metafísicas*, cuja primeira elaboração remonta aos nove meses seguintes ao retorno de Descartes à Holanda (outubro de 1628 – julho de 1629).

2. Ou seja, tão abstratas.

3. Ver pp. 45-6.

que os nossos sentidos às vezes nos enganam⁴, quis supor que não havia coisa alguma que fosse tal como eles nos levam a imaginar. E porque há homens que se enganam ao raciocinar, mesmo sobre os mais simples temas de geometria, e neles cometem paralogismos, julgando que eu era tão sujeito ao erro quanto qualquer outro, rejeitei como falsas todas as razões que antes tomara como demonstrações⁵. E, finalmente, considerando que todos os pensamentos que temos quando acordados também nos podem ocorrer quando dormimos, sem que nenhum seja então verdadeiro, resolvi fingir⁶ que todas as coisas que haviam entrado em meu espírito não eram mais verdadeiras que as ilusões de meus sonhos. Mas logo depois atentei que, enquanto queria pensar assim que tudo era falso, era necessariamente preciso que eu, que o pensava, fosse alguma

4. Os primeiros argumentos que Descartes empresta dos cépticos dirigem-se contra os conhecimentos de origem sensível; por isso mesmo eles salientam a evidência do conhecimento puramente intelectual, assim como o de nossa própria existência, como substância pendente.

5. As *Meditações metafísicas* acrescentam o argumento hiperbólico, chamado "gênio maligno": nada nos impede de supor que o autor de nossa natureza seja um gênio maligno e enganador, que nos tenha criado de forma que nunca possamos encontrar a verdade, mesmo que acreditarmos tê-la apreendido com a maior evidência. – Descartes abrevia e atenua intencionalmente as razões de duvidar no *Discurso*, porque essa obra é escrita em língua vulgar, e seria imprudente colocar nas mãos de todos um instrumento tão perigoso como a dúvida geral.

6. A expressão marca bem o caráter deliberado da dúvida praticada por Descartes. É pelo fato de não ser possível de ver nisso uma vitória do cepticismo sobre o pensamento, mas sim uma livre iniciativa de seu pensamento em busca da verdade, que lhe foi dado o nome de *dúvida metódica*.

coisa⁷. E, notando que esta verdade – *penso, logo existo* – era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos cépticos não eram capazes de a abalar⁸, julguei que podia admiti-la sem escrúpulo como o primeiro princípio⁹ da filosofia que buscava.

Depois, examinando atentamente o que eu era¹⁰ e vendo que podia fingir que não tinha nenhum corpo e que não havia nenhum mundo, nem lugar algum onde eu existisse, mas que nem por isso podia

7. Ou seja, segundo a expressão dos *Princípios de filosofia* (I, 7): "É contraditório supor que o que pensa não existe durante o tempo mesmo em que está pensando."

8. Sabemos que a filosofia deve doravante acolher somente verdades evidentes (ver p. 33, nota 44). Para que uma verdade seja totalmente evidente, é preciso que o espírito não tenha "nenhuma oportunidade de colocá-la em dúvida". Ora, é essencialmente o caso desta, pois não é possível colocá-la em dúvida sem a demonstrar. Se duvido dela, penso, e, por isso, existo. A força desse argumento, já dirigido por santo Agostinho contra os cépticos, reside precisamente no fato de que, mesmo admitindo todas as hipóteses deles, a verdade de sua conclusão permanece inabalável. É no momento mesmo em que o espírito acumula as razões de duvidar mais excessivas que ele constata que, para duvidar, é necessário ser. Duvido, logo existo.

9. Essa verdade é o *primeiro princípio* porque podemos afirmá-la antes de estarmos certos de qualquer outra, ao passo que nos é impossível de afirmar qualquer outra coisa sem afirmar explicitamente essa verdade. Qualquer que seja a coisa em que pensemos, ou que saibamos, de fato é preciso que antes pensemos para conhecê-la e também, portanto, que existamos. O *cogito* [*penso*, em latim, utilizado para se referir a *penso, logo existo*] é, pois, a primeira verdade que se oferece a um espírito que pensa por ordem, como exige o terceiro preceito do método. – Além disso, observar-se-á que, sendo o *primeiro princípio*, ela é imediatamente evidente e não pode ser demonstrada com o auxílio de nenhum raciocínio: O *logo* contido em sua fórmula não deve no-lo dissimular: não é um silogismo, é uma intuição.

10. O primeiro princípio é a certeza de minha existência enquanto penso; a primeira consequência que Descartes deduzirá disso é a natureza do pensamento.

fingir que não existia; e que, pelo contrário, pelo próprio fato de eu pensar em duvidar da verdade das outras coisas, decorria muito evidentemente e muito certamente que eu existia; ao passo que, se apenas eu parasse de pensar, ainda que tudo o mais que imaginara fosse verdadeiro, não teria razão alguma de acreditar que eu existisse¹¹; por isso reconheci que eu era uma substância¹², cuja única essência ou natureza é pensar, e que, para existir, não necessita de nenhum lugar nem depende de coisa alguma material. De sorte que este eu, isto é, a alma pela qual sou o que sou, é inteiramente distinta do corpo¹³, e até mais fácil de conhecer que ele, e, mesmo se o corpo não existisse, ela não deixaria de ser tudo o que é.

Depois disso, considerei, de modo geral, o que uma proposição requer para ser verdadeira e certa¹⁴;

.....
 11. Em outros termos: se penso sem que o mundo exterior exista, existo; se o mundo exterior existe mas cesso de pensar, deixo de existir. Portanto, para quem pensa por ordem, a afirmação do pensamento se basta a ela mesma, independentemente da do corpo.

12. Temos pensamentos diferentes, mas eles têm em comum o fato de todos serem pensamentos. Chama-se *substância pensante* o pensamento do qual todas as nossas idéias particulares são apenas modificações diversas.

13. Em virtude do método (primeiro preceito), só é possível atribuir às coisas o que se reconhece evidentemente que lhes pertence; ora, o ser discernido pelo *cogito* define-se completamente separado do corpo, portanto o pensamento é totalmente distinto do corpo. Transpor o método matemático para a metafísica é fazer com que a cada definição corresponda um ser.

14. O *cogito* é a primeira verdade para quem pensa com ordem; portanto, é necessariamente ela que é preciso examinar para definir as características de uma proposição verdadeira em geral; assim, essa verdade torna-se "uma regra que serve depois para encontrar outras", segundo a expressão de Descartes, p. 39.

pois, já que eu acabava de encontrar uma que sabia ser tal, pensei que também deveria saber em que consiste essa certeza. E, tendo notado que em *penso, logo existo* nada há que me garanta que digo a verdade, exceto que vejo muito claramente que para pensar é preciso existir, julguei que podia tomar por regra geral que as coisas que concebemos muito clara e distintamente são todas verdadeiras¹⁵, havendo, porém, somente alguma dificuldade em distinguir bem quais são as que concebemos distintamente.

Em seguida, refletindo sobre o fato de que eu duvidava e de que, por conseguinte, meu ser não era completamente perfeito, pois via claramente que conhecer era maior perfeição que duvidar, ocorreu-me procurar de onde aprendera a pensar em alguma coisa mais perfeita que eu; e soube, com evidência, que devia ser de alguma natureza que fosse, efetivamente, mais perfeita¹⁶. Quanto aos pensamentos que tinha acerca de muitas outras coisas exteriores a mim, como o céu, a terra, a luz, o calor e mil

.....
 15. A metafísica encontra também o primeiro preceito do método, mas em outro plano. A evidência que garante a verdade permanece exatamente a mesma do que quando se tratava das verdades matemáticas, mas ficamos sabendo aqui que ela já se encontra em várias verdades que lhes são anteriores – o *cogito*, a existência de Deus – e que, por isso, do ponto de vista próprio da metafísica, condicionam a afirmação delas. O *cogito* nos fez discernir a regra da evidência, na primeira das evidências que o espírito humano pode afirmar.

16. É na dúvida que o pensamento discerne sua própria existência; mas saber que duvidamos é constatar que não temos certeza e, conseqüentemente, saber que somos imperfeitos. Ora, a idéia de imperfeição pressupõe a idéia de perfeição, cuja ausência constatamos em nós. A intuição que o pensamento tem de sua própria existência implica, pois, ademais, a idéia de perfeição, base da primeira prova da existência de Deus.

outras, não me preocupava tanto em saber de onde me vinham, porque, nada notando neles que me parecesse torná-los superiores a mim, podia crer que, se fossem verdadeiros, eram dependentes de minha natureza, na medida em que ela tem alguma perfeição¹⁷; e que, se não o fossem, eu os tirava do nada, isto é, eles estavam em mim porque eu tinha falhas¹⁸. Mas isso não podia ocorrer com a idéia de um ser mais perfeito que o meu, pois tirá-la do nada era algo claramente impossível. E, como não repugna menos¹⁹ que o mais perfeito seja uma conseqüência e uma dependência do menos perfeito do que do nada proceda alguma coisa²⁰, tampouco não podia tirá-la de mim mesmo. De modo que ela só podia ter sido inculcada em mim por uma natureza que fosse verdadeiramente mais perfeita do que eu, e que até tivesse em si todas as perfeições de que eu poderia ter alguma idéia, isto é, para explicar-me

.....
17. As coisas exteriores são apenas substâncias dotadas de extensão, dotadas de certas formas, de certas posições e de certos movimentos. Ora, eu mesmo sou uma substância, tenho, portanto, em mim do que formar a idéia de simples modos de uma substância. Assim, tenho em mim de que formar a idéia das coisas exteriores. Note-se que essa hipótese é a própria verdade segundo Descartes, com tudo o que há de claro e distinto em nossa representação do mundo exterior remetendo à idéia de extensão, que é uma idéia inata.

18. O princípio de que "a verdade consiste no ser e a falsidade somente no não-ser" é um princípio cartesiano; ora, tudo o que é tem uma causa; a verdade de uma idéia tem necessariamente, portanto, uma causa; sua falsidade não tem.

19. Isto é, porque não é menos contraditório.

20. O que o efeito teria a mais que sua causa não teria causa; dizer que o mais perfeito não pode resultar do menos perfeito é, pois, uma outra maneira de afirmar que nada nasce de nada.

numa só palavra, que fosse Deus²¹. A isso acrescentei que, já que eu conhecia algumas perfeições que não possuía, não era o único ser que existia (usarei livremente aqui, com vossa permissão, alguns termos da Escola²²), mas necessariamente devia existir algum outro mais perfeito, do qual eu dependesse, e do qual tivesse adquirido tudo quanto tinha. Pois, se eu fosse só e independente de qualquer outro, de modo que recebesse de mim mesmo todo esse pouco que eu participava do ser perfeito, poderia, pela mesma razão, obter de mim tudo o mais que sabia me faltar, e assim, ser eu mesmo infinito, eterno, imutável, onisciente, onipotente, enfim, ter todas as perfeições que podia notar em Deus²³. Pois, segundo os raciocínios que acabo de fazer, para conhecer a natureza de Deus, tanto quanto a minha disso fosse capaz, bastava-me considerar, acerca de todas as coi-

.....
21. A dúvida metódica se estende a todos os juízos de existência, mas deixa intactos os princípios, puramente abstratos, de contradição e de causalidade. Descartes pode, portanto, provar a existência de Deus a partir de seus efeitos, como faziam os filósofos escolásticos, santo Tomás de Aquino por exemplo. Mas, visto que ele parte unicamente do pensamento, ele se impede de considerar Deus como causa do mundo exterior; é por isso que, ao aplicar o princípio de causalidade ao conteúdo do pensamento, Descartes considera Deus como causa da idéia de perfeição.

22. Ou seja, algumas expressões escolásticas, como: *ter de si, participar de* etc.

23. Toda essa passagem, a partir de *A isso acrescentei...* é apenas uma segunda exposição da primeira prova da existência de Deus. A vontade se dirige infalivelmente – pois é nisso que consiste sua essência mesma – ao bem claramente conhecido; temos uma idéia clara da perfeição, portanto nos dirigimos a ela. Como, então, é possível que não a possuamos? Essa é precisamente a prova de que não somos os autores de nossa natureza, mas que dependemos de uma causa. Ora, essa causa é mais perfeita que nós, e até ela é perfeita, já que causa em nós a idéia de perfeição; ela é, portanto, Deus.

sas de que encontrava em mim alguma idéia, se era perfeição ou não possuí-las, e estava certo de que nenhuma daquelas que revelavam alguma imperfeição existia nele, mas de que todas as outras existiam²⁴. Como via que a dúvida, a inconstância, a tristeza e outras coisas semelhantes nele não podiam existir, visto que eu mesmo ficaria muito satisfeito por delas estar isento. Além disso, tinha idéias de muitas outras coisas sensíveis e corporais; pois, embora supusesse que estava sonhando, e que tudo o que via ou imaginava era falso, ainda assim não podia negar que suas idéias existissem verdadeiramente em meu pensamento. Mas, como já reconhecera em mim, muito claramente, que a natureza inteligente é distinta da corporal, considerando que toda composição atesta dependência²⁵ e que a dependência é evidentemente um defeito, julgava, por isso, que não podia ser uma perfeição, em Deus, ser composto dessas duas naturezas, e que, por conseguinte, ele não o era; mas que, se existiam alguns corpos no mundo²⁶, ou então algumas inteligências²⁷, ou outras naturezas²⁸, que não fos-

.....
24. A prova que se fundamenta na idéia de um ser perfeito não é somente a verdadeira prova da existência de Deus, mas também a única que nos permite determinar com certeza quais são os atributos de Deus. A partir de *Pois, segundo os raciocínios...*, Descartes mostra como a idéia de perfeição funciona como critério para discernir o que é ou não legítimo atribuir a Deus.

25. Porque as partes de um composto dependem necessariamente do todo que as inclui, e porque o próprio todo depende, por sua vez, das partes que o compõem.

26. O que se saberá realmente apenas quando se tiver certeza da veracidade divina.

27. Ou seja, no sentido escolástico do termo: anjos.

28. Isto é, homens, que são inteligências unidas a corpos.

sem totalmente perfeitas, o ser delas devia depender do poder dele, de tal modo que sem ele não poderiam subsistir um momento sequer.

Quis, depois disso²⁹, procurar outras verdades e, tendo-me proposto o objeto dos geômetras, que eu concebia como um corpo contínuo, ou um espaço indefinidamente³⁰ extenso em comprimento, largura e altura ou profundidade, divisível em diversas partes que podiam ter diversas figuras e grandezas e ser movidas ou transpostas³¹ de todos os modos, pois os geômetras supõem tudo isto em seu objeto, percorri algumas de suas mais simples demonstrações. E, tendo atentado que essa grande certeza que todos lhe atribuem se fundamenta apenas no fato de elas serem concebidas com evidência, segundo a regra a que há pouco me referi, atentei também que nelas não havia absolutamente nada que me assegurasse da existência de seu objeto³². Pois, por exemplo, eu bem via que, ao supor um triângulo, era

.....
29. Ou seja, depois de ter provado a existência do pensamento, sua distinção real do corpo, e a existência de Deus, Descartes continua a explorar o conteúdo do pensamento e escolhe a idéia de extensão geométrica para examinar.

30. Porque não é possível imaginar um espaço limitado, a não ser por outro espaço.

31. Isto é, cujas partes podem ser colocadas umas no lugar das outras.

32. Descartes começava a examinar a idéia de extensão a fim de definir a natureza das coisas exteriores, mas uma comparação entre as idéias geométricas e a idéia de Deus se impôs a seu pensamento e lhe sugeriu uma segunda prova da existência de Deus: é possível conceber claramente uma figura geométrica sem conceber que seu objeto existe; não é possível conceber claramente a idéia de Deus sem concebê-lo como existente; portanto, é evidente que Deus existe. É o que se denomina, desde Kant, *prova ontológica*, porque ele infere, da idéia de Deus, sua existência.

preciso que seus três ângulos fossem iguais a dois retos, mas nem por isso via algo que me assegurasse de que houvesse no mundo algum triângulo. Ao passo que, voltando a examinar a idéia que eu tinha de um ser perfeito, achava que nele a existência estava compreendida, do mesmo modo, ou com mais evidência³³ ainda, que na de um triângulo onde está compreendido que seus três ângulos são iguais a dois retos, ou na de uma esfera, que todas as suas partes são equidistantes do centro; e que, por conseguinte, é pelo menos tão certo que Deus, que é esse ser perfeito, é ou existe, quanto pode ser qualquer demonstração de geometria³⁴.

Mas o que faz com que muitos se persuadam de que há dificuldade em conhecê-lo, e mesmo em conhecer também o que é a própria alma, é que eles nunca elevam o espírito além das coisas sensíveis, e estão de tal modo acostumados a considerar tudo somente imaginando, modo de pensar específico

.....
33. Descartes considera que as definições geométricas foram criadas por Deus; elas poderiam então ser outras que não elas, o que não pode ser suposto da natureza de Deus; o conteúdo da idéia de perfeição é, pois, mais necessário do que o de uma definição geométrica qualquer.

34. Essa prova, tomada da que santo Anselmo propusera em seu *Proslogion* (séc. XI), não foi aceita nem por santo Tomás de Aquino nem por Kant. Esses dois filósofos acham que a existência de um objeto não pode ser deduzida a partir de seu conceito. Descartes, ao contrário, parte do pensamento puro; portanto, ele sempre se vê obrigado a inferir as coisas de idéias. É por isso que, quando ele afirma a existência de Deus em nome da idéia que dele temos, não é seu pensamento que pretende impor a Deus a necessidade de existir, mas, ao contrário, é a necessidade mesma da existência de Deus que se impõe a seu pensamento. Aqui, como em toda parte, Descartes simplesmente afirma de cada coisa o que ele sabe pertencer a ela de maneira evidente.

para as coisas materiais, que tudo o que não é imaginável lhes parece não ser inteligível³⁵. Isso fica evidente no fato de os próprios filósofos adotarem como máxima, nas escolas, que nada há no entendimento que primeiramente não tenha estado nos sentidos³⁶, onde, todavia, certamente nunca estiveram as idéias de Deus e da alma. E parece-me que aqueles que querem usar da imaginação para compreendê-las³⁷ procedem como se, para ouvir os sons ou sentir os odores, quisessem servir-se dos olhos; sem contar ainda a diferença³⁸ de que o sentido da visão não nos assegura menos da verdade de seus objetos do que os do olfato ou da audição; ao passo que nem nossa imaginação nem nossos sentidos nunca nos poderiam certificar de coisa alguma, sem a intervenção de nosso entendimento³⁹.

.....
35. O hábito de imaginar tudo sob um aspecto sensível impede, em primeiro lugar, de conceber a distinção real da alma e do corpo; pois a alma é vista então sob a aparência de um corpo extremamente organizado, o que ela não é. Esse hábito nos impede, em seguida, de conceber a necessidade da existência de Deus; pois raciocinamos sobre Deus como se se tratasse de qualquer um dos seres materiais que conhecemos; ora, como a existência de nenhum deles é necessária, isso nos impede de perceber que a idéia de Deus é o caso único em que a existência de um ser está necessariamente incluída em sua essência.

36. Adágio escolástico: *Nihil est in intellectu, quod non prius fuerit in sensu*.

37. Crítica dirigida contra a doutrina de santo Tomás de Aquino, de acordo com quem nosso pensamento não pode conceber nada, no que concerne à natureza de Deus e da alma, além do que podemos inferir a partir do conhecimento sensível.

38. Pretender ver odores não é senão atribuir a um sentido o objeto de um outro. Pretender imaginar a alma ou Deus é atribuir a um sentido o que pode ser objeto apenas do simples entendimento.

39. Ou seja, o sentido ou a imaginação nos garantem a existência apenas do que o entendimento concebe distintamente na natureza dos objetos deles.

Enfim, se ainda houver homens que não estejam suficientemente persuadidos da existência de Deus e da alma, com as razões que apresentei, quero que saibam que são menos certas todas as outras coisas, de que talvez se achem mais seguros, como de ter um corpo, de existirem astros e uma Terra e coisas semelhantes. Pois, embora tenhamos dessas coisas tanta segurança moral⁴⁰ que nos parece, a menos que sejamos extravagantes, delas não poderemos duvidar, todavia, também quando se trata de uma certeza metafísica⁴¹ não se pode negar, a não ser que sejamos insensatos, que para dela não estar totalmente seguro basta atentar que podemos igualmente imaginar, estando adormecidos, que temos outro corpo e que vemos outros astros e outra Terra, sem que nada assim seja. Pois como sabemos que os pensamentos que ocorrem em sonhos são mais falsos que os outros, já que muitas vezes eles não são menos fortes e expressivos? E, por mais que os melhores espíritos os estudem, não creio que possam dar alguma razão que seja suficiente para dissipar essa dúvida se não pressupuserem a existência de Deus. Pois, primeiramente, aquilo mesmo que

.....
 Por exemplo: nos corpos, concebo distintamente apenas sua extensão, portanto os sentidos não provam a existência de outra coisa que não a extensão. Constituir os sentidos em juízes dos objetos do entendimento é cometer o mais grave dos erros, já que o objeto dos sentidos depende, ao contrário, do juízo do entendimento.

40. Ou seja, uma segurança suficiente para as necessidades da vida prática.

41. Isto é, uma certeza que não deixa margem a nenhuma dúvida na ordem do conhecimento.

há pouco tomei como regra, ou seja, que as coisas que concebemos muito clara e distintamente são todas verdadeiras, só é certo porque Deus é ou existe, e é um ser perfeito, e tudo o que existe em nós vem dele⁴². Daí resulta que nossas idéias ou noções, sendo coisas reais e provenientes de Deus, em tudo o que são claras e distintas, só podem ser verdadeiras. De sorte que, se frequentemente temos idéias ou noções que contêm falsidade, só podem ser as que têm algo de confuso e obscuro, porque nisso elas participam do nada, isto é, são assim confusas em nós porque não somos totalmente perfeitos⁴³. E é

.....
 42. Essa passagem suscitou a objeção denominada *círculo cartesiano*: Provamos que Deus existe, pela idéia distinta e clara de sua existência, e provamos agora que as idéias claras e distintas são verdadeiras porque Deus existe; é, pois, um círculo vicioso. A redação abreviada do *Discurso* é inteiramente apresentada com base nessa objeção, mas o pensamento completo de Descartes escapa a ela. Na realidade, toda evidência se basta a si própria pelo tempo que ela durar; mas a percepção da evidência é inseparável das provas que a preparam, e como nos dispensamos de recorrer a ela, acabamos por raciocinar menos com as evidências do que com a lembrança do que acreditamos ter outrora percebido como evidente. Ora, a lembrança de uma evidência não é uma evidência, e a prova disso é que as lembranças desse tipo são, com frequência, falsas; a veracidade divina é invocada por Descartes para provar que tais erros são acidentais, portanto evitáveis, e que a lembrança de uma evidência real é tão real quanto essa evidência; por isso, ele não cai em nenhum círculo ao requerer uma garantia para a validade de nossa memória depois de ter afirmado a validade de nossa razão.

43. Toda a *IV Meditação* se esforça para estabelecer essa tese, de que o erro cometido pelo homem é imputável unicamente ao homem. Descartes a justifica principalmente ao estabelecer: 1º que o erro, sendo um mal, é apenas do não-ser (ver p. 62, nota 17) e não tem, conseqüentemente, Deus como causa; 2º que a própria imperfeição do homem, e o erro que dela resulta, também não é imputável a Deus; de fato, o homem é tão perfeito quanto poderia ser uma criatura finita, e não há nenhum erro seu que não pudesse ter sido evitado (ver Introdução, p. VII).

evidente que não repugna menos⁴⁴ que a falsidade ou a imperfeição, como tal, proceda de Deus, do que a verdade ou a perfeição proceda do nada. Mas, se não soubéssemos que tudo o que existe em nós de real e de verdadeiro vem de um ser perfeito e infinito, por mais claras e distintas que fossem nossas idéias, não teríamos razão alguma que nos assegurasse que elas têm a perfeição de ser verdadeiras⁴⁵.

Ora, depois que o conhecimento de Deus e da alma deu-nos assim a certeza dessa regra, é bem fácil saber que os sonhos que imaginamos durante o sono não devem de modo algum fazer-nos duvidar da verdade dos pensamentos que temos quando acordados. Pois, se acontecesse que, mesmo dormindo, ocorresse alguma idéia muito distinta, como, por exemplo, que um geômetra inventasse alguma nova demonstração, seu sono não a impediria de ser verdadeira⁴⁶. E, quanto ao erro mais comum de nossos sonhos, que consiste em nos representarem diversos objetos exteriores da mesma maneira como fazem nossos sentidos, não importa que ele nos leve a desconfiar da verdade de tais idéias, porque

.....
44. Ou seja, que não é menos contraditório.

45. Não teríamos razão alguma que nos assegurasse disso, pelo menos cada vez que atualmente não mais percebêssemos sua evidência e que nos lembrássemos somente de outrora a ter percebido.

46. O sono não constitui, em si mesmo, um estado de erro, mas simplesmente um estado do qual as condições fisiológicas são menos propícias do que as do estado de vigília para o livre exercício do pensamento. Portanto, como observa Descartes em outra parte, não deve causar espanto que não se façam, enquanto se dorme, descobertas como as de Arquimedes; mas, se isso acontecesse, nem por isso elas deixariam de ser verdadeiras.

elas também nos podem enganar sem estarmos dormindo⁴⁷: como quando quem está com icterícia vê tudo amarelo, ou quando os astros ou outros corpos celestes muito afastados nos parecem muito menores do que o são. Pois, enfim, quer estejamos acordados, quer dormindo, nunca nos devemos deixar persuadir senão pela evidência de nossa razão. Há que se notar que digo de nossa razão, e não de nossa imaginação, nem de nossos sentidos. Assim, embora vejamos o sol muito claramente, nem por isso devemos julgar que ele seja apenas do tamanho que o vemos; e podemos bem imaginar distintamente uma cabeça de leão enxertada no corpo de uma cabra, sem que por isso tenhamos de concluir que haja no mundo uma quimera, pois a razão não nos dita que o que assim vemos e imaginamos seja verdadeiro. Mas ela nos dita que todas as idéias ou noções devem ter algum fundamento de verdade; pois, senão, não seria possível que Deus, que é absolutamente perfeito e verdadeiro, as tivesse posto em nós⁴⁸. E, porque nossos raciocínios nunca são tão evidentes nem tão inteiros⁴⁹ durante o sono como

.....
47. Em outros termos: para um espírito convencido do caráter ilusório de nossos conhecimentos sensíveis, as ilusões de nossos sonhos entram em uma categoria já conhecida.

48. Deus nos deu sentidos para nos prevenir das qualidades úteis ou prejudiciais que os objetos apresentam, no que concerne a nosso corpo. Somos nós que os transformamos em fonte de erro, quando os utilizamos como se nos tivessem sido dados para conhecer a natureza própria dos corpos; fazemo-los então assumir uma função para a qual Deus não os destinou.

49. Isto é, nem tão completos.

durante a vigília, se bem que por vezes nossas imaginações então sejam tanto ou mais vivas e expressivas, a razão também nos dita que, não podendo os nossos pensamentos ser totalmente verdadeiros, porque não somos totalmente perfeitos, a verdade que eles têm deve infalivelmente⁵⁰ achar-se naqueles que temos quando acordados do que em nossos sonhos.

.....
50. Esse raciocínio não tem nada de infalível, já que a rigor seria possível fazer descobertas científicas durante o sono. Descartes reconheceu isso, e a tradução latina do *Discurso*, revista por ele, diz simplesmente: "a verdade que eles têm deve *de preferência* achar-se..." etc.